



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.22.041998-0/014	15/03/2024	Márcio Idalmo Santos Miranda	Definir se o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) deve ser considerado para cálculo do Valor Adicionado Fiscal (VAF) para fins de repasse do ICMS devido aos Municípios.	5946 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.23.282363-3/002	14/12/2023	Marcelo Rodrigues	Discute-se sobre o ressarcimento dos honorários contratuais, em razão dos princípios da causalidade e da restituição integral do dano.	7780 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 7779 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 11806 - Empréstimo consignado < Bancários < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0000.21.093883-3/005	12/06/2023	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Discute-se se a C. 17ª Câmara de Direito Privado deve obediência aos seus próprios precedentes, aos precedentes das demais Câmaras Cíveis deste E. Tribunal (ou do E. STJ) e da respectiva jurisprudência dominante. (...) Do mesmo modo, haverá de se discutir se o relator, ao receber um recurso, antes de decidir sobre a competência da Câmara para sua análise, deve(ou não) oportunizar às partes, a prévia manifestação sobre o assunto, evitando-se a decisão surpresa (CPC, art. 10) e respeitando-se o contraditório e o devido processo legal (CPC, art. 7º, 8º e 9º; CF, art. 5º, LIV e LV)." ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 28/11/2022 foi acolhida questão de ordem, suscitada pelo Relator, para devolver os autos à 17ª Câmara Cível.	7698 - Perdas e Danos < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 10582 - Rescisão / Resolução < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.23.111476-0/001	05/06/2023	Júlio Cezar	Discute-se a legalidade ou não, dos descontos do pagamento	10304 - Auxílio-Alimentação < Sistema



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.23.111476-0/001	05/06/2023	Gutierrez	de auxílio- alimentação, em afastamentos legais de servidores público do Estado de Minas Gerais. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 19/07/2023, inadmitiram o IAC.	Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.22.041998-0/003	23/08/2022	Júlio Cezar Gutierrez	Definir se o montante pago a título de IPI integra ou não o valor adicionado para o cálculo do VAF devido aos Municípios. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 17/05/2023, por maioria, não admitiram o Incidente de Assunção de Competência.	5946 - ICMS/ Imposto sobre Circulação de Mercadorias < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.19.073519-1/003	04/08/2022	Pedro Bernardes de Oliveira	Busca-se definir se ocorrendo cessão de crédito quando se tratar de relação originária de consumo, é reconhecida a responsabilidade solidária entre cedente e cessionária, nos termos do Código de Defesa do Consumidor. ANOTAÇÕES NUGEPNAC: Na sessão de julgamento do dia 26/02/2024, suscitaram questão de ordem para devolver os autos à Câmara de origem.	7768 - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 10582 - Rescisão / Resolução < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL 10439 - Indenização por Dano Material < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 7698 - Perdas e Danos < Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.22.054308-6/001	21/03/2022	Albergaria Costa	Discute-se a ilegalidade da exigência de tentativa de acordo antes da distribuição de processos, salvo aquelas que o Supremo Tribunal Federal determinou no RE 631.240. ANOTAÇÕES NUGEP: Por meio de decisão monocrática proferida em 11/07/2022, a Relatora reconheceu a ilegitimidade ativa e indeferiu a inicial, nos termos do artigo 485, I c/c 330, II do CPC/15.	10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL 7779 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR
1.0105.14.010988-2/004	23/06/2021	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se o direito a pensão por morte é um direito que se renova com o tempo, mês a mês, sendo parcelas de trato	6239 - Fixação < Alimentos < Família < DIREITO CIVIL



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0105.14.010988-2/004	23/06/2021	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	sucessivo e que o prazo prescricional para prescrição do fundo do direito, se inicia após a negativa do próprio direito reclamado	6104 - Pensão por Morte (Art. 74/9) < Benefícios em Espécie < DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.0000.19.157417-7/004	17/08/2020	Yeda Athias	Discute-se a incidência ou não do ITCD sobre o saldo deixado para o beneficiário de plano de previdência VGBL. ANOTAÇÕES NUGEP: na sessão de 16/04/2021 o julgamento do incidente foi adiado. Na sessão do dia 19/05/2021 inadmitiram o incidente.	6011 - Fato Gerador/Incidência < Crédito Tributário < DIREITO TRIBUTÁRIO 5955 - ITCD - Imposto de Transmissão Causa Mortis < Impostos < DIREITO TRIBUTÁRIO
1.0000.15.085222-6/003	12/08/2020	Moacyr Lobato	Discute-se se matéria relativa à concessão do apostilamento aos servidores públicos do Município de Betim, nos termos das Leis Municipais nº 4.288/2005 e nº 3.886/2003, no que diz respeito à interpretação do texto legal, por não haver previsão expressa nas mencionadas leis, acerca do tempo mínimo de 10 anos de efetivo exercício no serviço público para se considerar como marco inicial de contagem de tempo para a concessão do benefício. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 21/08/2019, pediu vista a Exmª. Desª. Alice Birchal e adiaram o julgamento de admissibilidade do incidente. Na sessão do dia 19/02/2020 admitiram o incidente como IAC. (IRDR convertido em IAC) O acórdão foi publicado em 25/05/2020. Tema 5 IAC. Na sessão de 16/04/2021 julgaram o mérito do incidente.	10671 - Obrigação de Fazer / Não Fazer < Liquidação / Cumprimento / Execução < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10220 - Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.01.048600-9/002	01/06/2020	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se a possibilidade de reconhecimento de ocorrência de usucapião em terreno denominado "Fazenda Calafate". ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de 19/08/2020 inadmitiram o incidente.	8960 - Processo e Procedimento < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10459 - Usucapião Ordinária < Aquisição < Propriedade < Coisas < DIREITO CIVIL
1.0000.18.042457-4/003	16/12/2019	Newton Teixeira Carvalho	Discute-se, em ação de declaratória de inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais, quanto à obrigação do pagamento integral de financiamento estudantil pela instituição de ensino no programa FIES, em decorrência de	7779 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 7698 - Perdas e Danos < Inadimplemento <



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.18.042457-4/003	16/12/2019	Newton Teixeira Carvalho	possível descumprimento, por parte do aluno beneficiário, de requisitos constantes no contrato firmado entre as partes. ANOTAÇÕES NUGEP: O Desembargador relator extinguiu monocraticamente o processo nos termos do artigo 485, inciso IV do CPC.	Obrigações < DIREITO CIVIL 7768 - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 6226 - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes < Indenização por Dano Moral < Responsabilidade do Fornecedor < DIREITO DO CONSUMIDOR 9580 - Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL 7620 - Estabelecimentos de Ensino < Contratos de Consumo < DIREITO DO CONSUMIDOR 10433 - Indenização por Dano Moral < Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0407.15.006891-1/003	11/09/2019	Evandro Lopes da Costa Teixeira	Discute-se sobre a legalidade de valor, cobrado como taxa de juros por instituição bancária, sem previsão contratual, em face de utilização de crédito denominado "cheque especial" e, ainda, sobre a legalidade da aplicação de juros capitalizados, cumulados com juros moratórios e remuneratórios na formação dos valores quando da novação desta obrigação, em face do que dispõem os arts. 52 e 47 do Código de Defesa do Consumidor. Relator determinou o cancelamento da distribuição com a devida baixa do registro de incidente. IAC não instaurado.	8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0056.15.003626-9/003	28/02/2019	Albergaria Costa	Discute-se quanto ao cabimento da suspensão do pagamento do benefício de apostilamento que o Município de Barbacena concedeu aos servidores públicos não efetivos após a Emenda à Constituição Estadual nº 57 de 2003. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 21/08/2019 converteram o IAC em IRDR e	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0056.15.003626-9/003	28/02/2019	Albergaria Costa	inadmitiram o incidente. O acórdão foi publicado em 03/09/2019.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0123.14.004445-4/002	23/07/2018	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se se existe ou não o direito dos servidores públicos do Município de Capelinha de converter, de forma retroativa, o período de férias-prêmio em pecúnia com base no disposto da Lei Municipal nº2.033/2016. ANOTAÇÕES NUGEP: na sessão do dia 20/02/2019 admitiram o incidente. O acórdão foi publicado em 01/03/2019. Tema 4 IAC. Na sessão de 16/04/2021 foi julgado o mérito do incidente.	10288 - Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 7691 - Inadimplemento < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.17.034547-4/002	29/08/2017	Wilson Benevides	Discute-se sobre a possibilidade de o hipossuficiente ser beneficiado pela Justiça Gratuita, no âmbito da Justiça Comum, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, mesmo quando já lhe seja garantido acesso gratuito à jurisdição, sem qualquer prejuízo, por meio do Juizado Especial Cível. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 19/09/2018 inadmitiram o incidente. O acórdão foi publicado em 06/11/2018.	9581 - Agência e Distribuição < Espécies de Contratos < Obrigações < DIREITO CIVIL
1.0000.16.041055-1/001	18/04/2017	Wander Marotta	Discute-se sobre a possibilidade de o Ministério Público atuar como autor (legitimidade ativa) perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública em ações que envolvem o direito fundamental à saúde/fornecimento de medicamento. Competência desses Juizados para conhecer e julgar tais ações. Resolução TJMG nº 700/2012. Na sessão do dia 18/04/2018 inadmitiram o incidente. ANOTAÇÕES NUGEP: Redistribuído ao Desembargador Renato Dresch, por dependência ao IAC nº 1.0704.15.002557-2/002, em 31/01/2017. Redistribuído ao Desembargador Wander Marotta, por dependência ao IAC nº 1.0528.14.003033-9/001, em	8828 - Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.16.041055-1/001	18/04/2017	Wander Marotta	18/04/2017. Na sessão do dia 18/04/2018 inadmitiram o incidente. Acórdão publicado em 04/05/2018.	8828 - Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0704.15.002557-2/002	31/03/2017	Wander Marotta	Discute-se sobre a possibilidade de o Ministério Público atuar como autor (legitimidade ativa) perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública em ações que envolvem o direito fundamental à saúde/fornecimento de medicamento. Competência desses Juizados para conhecer e julgar tais ações. Resolução TJMG nº 700/2012. Redistribuído ao Desembargador Wander Marotta, por dependência ao IAC nº 1.0528.14.003033-9/001, em 31/03/2017. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 18/04/2018 inadmitiram o incidente.	11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8828 - Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0528.14.003033-9/003	21/03/2017	Wander Marotta	Discute-se sobre a possibilidade de o Ministério Público atuar como autor (legitimidade ativa) perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública em ações que envolvam o direito fundamental à saúde/fornecimento de medicamento. Competência desses Juizados para conhecer e julgar tais ações. Resolução TJMG nº 700/2012. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 02/06/2017 inadmitiram o Incidente em por meio do Agravo Interno nº 1.0528.14.003033-9/002.	11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0079.14.027484-0/002	15/02/2017	Wander Marotta	Discute-se sobre a obrigação do Município de Contagem de promover a regularização fundiária, de interesse social, de loteamento por ele implantado e a possibilidade de determinação do cumprimento de tal obrigação pelo Poder Judiciário. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 20/11/2017, inadmitiram o incidente.	11836 - Parcelamento do Solo < Ordem Urbanística < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.16.047194-	10/01/2017	Teresa Cristina da	Discute-se sobre o cabimento do Agravo de Instrumento	4993 - Recuperação judicial e Falência < Empresas



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
2/002	10/01/2017	Cunha Peixoto	contra decisões proferidas nas Ações de Recuperação Judicial, ou se as questões debatidas na Recuperação Judicial desafiariam Mandado de Segurança. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 30/05/2018 inadmitiram o incidente. O acórdão foi publicado em 21/06/2018.	< DIREITO CIVIL
1.0024.07.384516-6/007	02/12/2016	Wander Marotta	Discute-se sobre a possibilidade, ou não, de o candidato, reprovado no exame psicotécnico em concurso público, comprovar a capacidade para exercer as funções mediante perícia realizada em juízo ou por outros meios de prova. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão do dia 20/11/2017, inadmitiram por maioria.	8829 - Competência < Jurisdição e Competência < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO 10370 - Concurso Público / Edital < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0145.14.025628-3/002	15/09/2016	Wander Marotta	Questão acerca da legitimidade ativa do Ministério Público para atuar no âmbito dos Juizados Especiais regidos pela Lei Federal nº 12.153/09. ANOTAÇÕES NUGEP: Inadmitido por meio de decisão monocrática em 04/10/2016. Na sessão de julgamento do dia 15/03/2017, por meio do Agravo interno nº 1.0145.14.025628-3/003, admitiram o Incidente de Assunção de Competência. Tema IAC 03 -TJMG. Na sessão do dia 18/04/2018, pediu vista o Exmo. Des. Wilson Benevides e adiaram o julgamento de mérito do incidente. Na sessão do dia 30/05/2018 julgaram o mérito do incidente.	11884 - Fornecimento de Medicamentos < Saúde < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9986 - Garantias Constitucionais < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 8842 - Partes e Procuradores < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0481.13.007530-4/002	11/08/2016	Alberto Vilas Boas	Discute-se o direito dos servidores temporários contratados sob o regime jurídico-administrativo à percepção de FGTS. ANOTAÇÕES NUGEP: Incidente de Uniformização de Jurisprudência redistribuído como IAC no dia 09/08/2016. Na sessão de julgamento do dia 16/08/2017, inadmitiram o incidente.	6085 - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço < Contribuições Especiais < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO 10409 - Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0481.13.007530-4/002	11/08/2016	Alberto Vilas Boas		6085 - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço < Contribuições Especiais < Contribuições < DIREITO TRIBUTÁRIO 10409 - Empregado Público / Temporário < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0002.11.001370-9/002	09/08/2016	Albergaria Costa	Discute-se sobre o tipo de responsabilidade civil do Estado (objetiva ou subjetiva) nos casos de prisão ocorrida depois de ordenado o recolhimento do mandado prisional. ANOTAÇÕES NUGEP: Incidente de Uniformização de Jurisprudência redistribuído como IAC em 09/08/2016. Na sessão de julgamento do dia 20/11/2017, inadmitiram o incidente.	10431 - Responsabilidade Civil < DIREITO CIVIL
1.0024.09.541467-8/002	14/07/2016	Cabral da Silva	Discute-se sobre o ressarcimento de gastos com a contratação de advogado para a cobrança de créditos trabalhistas, sob o fundamento de que tal despesa (prejuízo) decorre do cometimento de ato ilícito do empregador, ao deixar de cumprir as obrigações pertinentes ao contrato de trabalho. ANOTAÇÕES NUGEP: Incidente de Uniformização de Jurisprudência redistribuído como IAC no dia 14/07/2016. Negado seguimento ao incidente por decisão monocrática publicada no dia 01/09/2016.	0 - -
1.0000.16.025020-5/002	10/06/2016	Corrêa Junior	Discute-se sobre a possibilidade de o Município de Belo Horizonte regulamentar as atividades dos motoristas que exercem atividades de transporte individual de passageiros remunerado, mediante utilização de aplicativos de aparelhos celulares. Uber	10928 - Competência do Órgão Fiscalizador < Fiscalização < Atos Administrativos < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 10076 - Transporte Terrestre < Concessão /



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.16.025020-5/002	10/06/2016	Corrêa Junior	ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 17/08/2016, admitiram o incidente. Acórdão publicado no dia 23/09/2016, criando-se o Tema 01 IAC - TJMG. Incidente extinto por decisão monocrática em 05/03/2018.	Permissão / Autorização < Serviços < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO 9196 - Liminar < Medida Cautelar < DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO
1.0024.10.204650-5/004	25/05/2016	Afrânio Vilela	Discute-se sobre o conceito de sucata previsto na legislação de regência, para fins de se enquadrar o resíduo de ferro silício e consequentemente aplicar o benefício do diferimento previsto no art. 42, parte 1 do Anexo II, do Regulamento do ICMS de 2002. ANOTAÇÕES NUGEP: Incidente de Uniformização de Jurisprudência redistribuído como IAC no dia 25/05/2016.	10646 - Inconstitucionalidade Material < Controle de Constitucionalidade < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.12.021655-1/003	13/05/2016	Albergaria Costa	Discute-se sobre a contagem do tempo de serviço para a progressão horizontal em período anterior à entrada em vigor da Lei nº 7.169/96 e para a opção pelo Plano de Carreira dos Servidores da Educação do Município de Belo Horizonte, instituído pela Lei nº 7.235/96. ANOTAÇÕES NUGEP: Incidente de Uniformização de Jurisprudência redistribuído como IAC no dia 13/05/2016. Por meio de decisão monocrática proferida no dia 09/06/2016, não se conheceu do IAC, "porque inexistente, devendo o recurso de apelação ter seu regular prosseguimento".	10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.13.297471-8/002	13/05/2016	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre os proventos de servidor militar inativo. Aplicabilidade, ou não, da Lei Complementar nº 125/2012. ANOTAÇÕES NUGEP: Na sessão de julgamento do dia 19/08/2016, por maioria de	6156 - Descontos dos benefícios < Reajustes e Revisões Específicos < RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas < DIREITO PREVIDENCIÁRIO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0024.13.297471-8/002	13/05/2016	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	votos, acolheram questão de ordem e não conheceram do Incidente de Uniformização de Jurisprudência, entendendo desnecessário efetuar a conversão em IRDR ou IAC. Acórdão publicado no dia 02/09/2016.	6156 - Descontos dos benefícios < Reajustes e Revisões Específicos < RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas < DIREITO PREVIDENCIÁRIO
1.0024.10.275916-4/002	13/05/2016	Teresa Cristina da Cunha Peixoto	Discute-se sobre a contagem do tempo de serviço para a progressão horizontal em período anterior à entrada em vigor da Lei nº 7.169/96 e para a opção pelo Plano de Carreira dos Servidores da Educação do Município de Belo Horizonte, instituído pela Lei nº 7.235/96. ANOTAÇÕES NUGEP: Incidente de uniformização suscitado em 13/05/2014 com pedido de desistência homologado em 22/03/2016. Redistribuído como IAC no dia 13/05/2016.	10236 - Promoção / Ascensão < Regime Estatutário < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0024.13.170878-6/002	13/05/2016	Alberto Vilas Boas	Discute-se sobre a possibilidade, ou não, de o servidor policial civil do Estado de Minas Gerais perceber o adicional de insalubridade. ANOTAÇÕES NUGEP: Incidente de Uniformização de Jurisprudência redistribuído como IAC em 13/05/2016. Na sessão do dia 21/02/2018, inadmitiram o incidente.	10291 - Adicional de Insalubridade < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO
1.0000.15.056454-0/001	12/05/2016	Alberto Vilas Boas	Discute-se sobre a natureza jurídica da Gratificação Complementar de Produtividade percebida pelos Procuradores do Estado de Minas Gerais e sobre a possibilidade de sua extensão aos Procuradores aposentados que têm direito à paridade. ANOTAÇÕES NUGEP: Incidente de Uniformização de Jurisprudência redistribuído como IAC em 12/05/2016. Na sessão do dia 17/05/2017 foi admitido e julgado o mérito do Incidente. Acórdão publicado em 27/06/2017, criando o Tema IAC 02 - TJMG. A Gratificação Complementar de Produtividade a que alude a	10715 - Gratificação Complementar de Vencimento < Gratificações Estaduais Específicas < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IRDR / IAC - Distribuídos

29/03/2024 04:12:34

Classe: IRDR - Cv

TOTAL PROCESSOS: 33

Nº Processo	Data distribuição	Relator	Questão apresentada na inicial/Anotações NUGEP	Assunto CNJ
1.0000.15.056454-0/001	12/05/2016	Alberto Vilas Boas	Lei Estadual n. 18.017/2009 tem natureza jurídica remuneratória e, em consequência, deve ser paga a todos os Procuradores de Estado da Advocacia-Geral do Estado aposentados com direito à paridade e integralidade, ainda que a inativação não tenha se dado nos termos da redação original do art. 40, da Constituição Federal. (Tese firmada no julgamento dos Embargos de Declaração n. 1.0000.15.056454-0/003).	10715 - Gratificação Complementar de Vencimento < Gratificações Estaduais Específicas < Sistema Remuneratório e Benefícios < Servidor Público Civil < DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO